

Bancos ficam mais

flexíveis

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

A renegociação da dívida externa do Brasil com os bancos comerciais avançou mais alguns passos nesta semana, com uma nova proposta do comitê assessor de bancos sobre a forma de pagamento dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados, acumulados pelo País até dezembro do ano passado.

Os banqueiros evoluíram em duas frentes, primeiro, reduziram a margem de pagamento sobre esses US\$ 8 bilhões. Inicialmente, eles pediam o pagamento de 33,33%, baixaram para 30% e agora descenderam desse patamar. O chefe da equipe brasileira, embaixador Jório Dauster, confirmou ontem a este jornal a redução.

Os banqueiros agora aceitam o pagamento de 28,75% dos juros atrasados, o que implicaria um desembolso brasileiro de US\$ 2,3 bilhões. E pela primeira vez os banqueiros aceitam também o princípio do parcelamento desse total, embora fixem um número de pagamentos menor que as nove parcelas implícitas na proposta brasileira.

A posição inicial dos bancos era de que o restante dos juros (o que sobrar desse percentual que será pago) se transformaria num bônus de cinco anos de prazo, com seis meses de carência. Eles progrediram para um bônus de sete anos, depois de oito anos, com um ano de carência e agora de nove anos. "É um avanço", reconhece o embaixador Dauster.

De sua parte, o Brasil também evoluiu nas duas frentes: começou com uma oferta de pagar 15% dos US\$ 8 bilhões atrasados, avançando em seguida para 18,7%; e preferia um bônus de 15 anos de prazo, admitindo adiante um prazo 20% menor, de 12 anos. O Brasil progrediu ainda para a posição de admitir esse pagamento sobre os juros atrasados antes de um acordo sobre o principal da dívida.

O Brasil e os bancos começaram, portanto, com dez anos de distância no prazo dos bônus e acabam de reduzi-la para quatro. Um banqueiro familiarizado com o processo disse ontem a este jornal que a tática está sendo a de retirar da frente as questões mais simples, como o prazo dos bônus, para então se concentrar nas mais complicadas: o volume de pagamento dos atrasados e o percentual de juros do futuro bônus.

(Continua na página 21)

Quarta-feira, 6 de março de 1991 — GAZETA MERCANTIL

Finanças

ACERTO EXTERNO

Bancos ficam mais flexíveis

por Getúlio Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

Esse novo movimento dos banqueiros é considerado uma resposta ao avanço imediatamente anterior do Brasil, que foi o de aumentar o percentual de pagamento imediato dos juros atrasados. Inicialmente o País se propunha a pagar 30% dos 18,75% de juros atrasados que aceita desembolsar, contra o texto do acordo inicial sobre os atrasados. Isso representaria um pagamento inicial de cerca de US\$ 450 milhões.

O Brasil aceitou aumentar esse pagamento inicial para 33,33% dos 18,75%, o que representa um desembolso inicial de US\$ 499,99 milhões. O restante seria pago em nove parcelas, ideia que os bancos também refutavam mas agora também incorporaram, em menor escala, à sua proposta.

A taxa de juros sobre o bônus tem sido o segundo fator mais complicado na negociação, abaixo apenas da discussão sobre o principal da dívida, que a rigor começou apenas na parte brasileira. Os bancos querem primeiro resolver os atrasados e depois tratar do principal.

Os banqueiros — sobretudo os norte-americanos — estariam agora tentando acelerar um acordo sobre os atrasados antes de 15 de março, quando se reúne a Interagency Country Exposure Revision Committee (ICERC), a agência interministerial dos EUA que avalia o risco soberano nos balanços dos bancos comerciais.

A ICERC já degradou o risco brasileiro no ano passado, forçando os bancos a descartar 20% de seu portfólio de empréstimos ao País. No momento o Brasil já acumula 22 meses de atraso desde seu último pagamento de juros sobre o



Jório Dauster

principal título do acordo de 1988 sobre a dívida, Multi Year Deposit Facility Agreement (MYDFA).

O embaixador Dauster assegurou ontem a este jornal, contudo, que a data da reunião da ICERC não influencia a posição brasileira. "Estamos num ritmo que é próprio a uma negociação", explicou. "Outras datas não interferem com o nosso calendário."

O valor dos MYDFA no mercado, talvez devido à circulação de rumores contraditórios, oscilou mais de um ponto ontem. Pela manhã sua cotação caíra na mesa do Bank of Tokyo (Latin America) para 26,375 centavos por dólar na compra e 26,5 na venda. No final da tarde, segundo a mesa do Manufacturers Hanover, o papel se recuperou para 27 centavos na compra e 27,25 na venda.

Há uma complicação legal ainda não resolvida, porém, em relação ao pagamento unilateral que o Brasil decidiu fazer sobre os juros que vencem entre janeiro e março deste ano. De acordo com o contrato assinado pelo País em 1988, qualquer pagamento de atrasados tem de ser dedicado, numa base pro rata entre os bancos, prioritariamente aos juros, depois ao principal e só então aos juros correntes.